

TEMPOS DECISIVOS O GENERAL E A DEMOCRACIA

Maria Inácia Rezola

Depois de *Soares e a Revolução*¹, David Castaño retoma a história da construção do Portugal democrático com *Eanes e a Democracia*, obra lançada em finais de 2018. *Soares e a Revolução* gravita em torno da figura do líder histórico do PS, enfatizando o seu papel na definição da nova ordem e analisando a sua estratégia e intervenção nos conturbados anos de 1974-1975. *Eanes e a Democracia*, por seu lado, tem como referência inicial o ano da institucionalização da democracia representativa (1976) – de que a eleição de Ramalho Eanes como Presidente, por sufrágio direto, livre e universal, é um dos símbolos –, e acompanha os caminhos, nem sempre fáceis ou lineares, percorridos até à revisão constitucional de 1982.

Assim, a nossa primeira advertência dirige-se aos que procuram uma biografia de Ramalho Eanes. Ainda que esta obra o tenha como protagonista central, e incida sobre um período particularmente importante da sua carreira, *Eanes e a Democracia* não é uma biografia do General *stricto sensu* mas antes o que poderíamos classificar como uma biografia da normalização e consolidação democrática.

Com uma escrita cativante e cuidada, a que o seu autor já nos habituou, que ajuda a superar aspetos menos conseguidos em termos de paginação, *Eanes e a Democracia* vem colmatar uma lacuna historiográfica

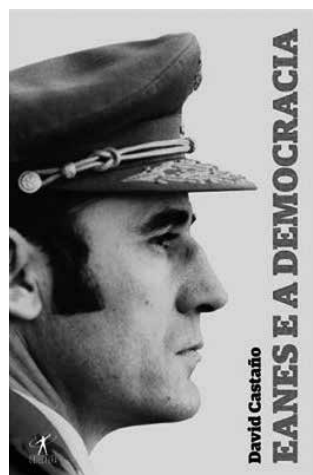
dado que a normalização democrática tem sido essencialmente analisada pelo prisma da ciência política, sendo raros os historiadores que ousaram aventurar-se no estudo do período².

Apesar das restrições impostas pela legislação que estabelece o regime dos arquivos, ao longo das últimas décadas foram progressivamente disponibilizados importantes acervos documentais. Da mesma forma, assistimos à emergência de uma nova geração de historiadores, sem memória vivencial do período, portadora de uma perspetiva renovada sobre

DAVID CASTAÑO

Eanes e a Democracia

Lisboa,
Penguin Random House,
2018, 556 páginas



esses momentos centrais do Portugal contemporâneo. Em suma, muitos dos argumentos utilizados para justificar a ausência de estudos historiográficos sobre a democratização encontram-se ultrapassados, como o trabalho de David Castaño bem o prova.

Eanes e a Democracia é um estudo rigoroso e profusamente documentado. O leque de fontes utilizado é impressionante, justificando algumas ausências, como a do Arquivo Ernesto Melo Antunes (PT/TT/EMA) ou o do próprio general Ramalho Eanes (que ainda se encontra por tratar e organizar). À imprensa da época (incontornável nos estudos sobre o período), David Castaño juntou fontes secundárias (entrevistas, memórias, testemunhos) e, sobretudo, fontes primárias, nomeadamente as provenientes dos arquivos do Departamento de Estado norte-americano, da Fundação Mário Soares e do Conselho da Revolução (CR). O seu minucioso trabalho de fontes é acompanhado de interpretações e leituras críticas que abrem importantes pistas para uma análise dos caminhos da democracia portuguesa e deixam patentes as qualidades de David Castaño como historiador. Em suma, estamos perante um livro de leitura obrigatória para todos os que pretendem recordar ou conhecer o processo de consolidação democrática.

Dividida em dez capítulos, numa lógica cronológico-temática, esta obra inicia-se com uma introdução que recupera alguns dos momentos centrais do período revolucionário. No entanto, é com a eleição, por sufrágio direto e universal, de Ramalho Eanes como Presidente da República

(27 de junho de 1976), que esta biografia verdadeiramente se inicia:

«Um ano depois do Verão Quente de 1975 [...], Portugal tinha uma Constituição, uma Assembleia, um Presidente da República e um Governo. Terminara o período de “transição revolucionária”, mas ainda não se podia falar em consolidação de uma democracia de tipo ocidental» (p. 44).

Tendo como linha estruturante o processo de progressiva afirmação de Ramalho Eanes, em diferentes domínios da vida nacional, no período de 1976 a 1982, o CR ocupa, inevitavelmente, um lugar importante nesta narrativa. É apresentado como um organismo político-militar que, sobrevivendo ao fim da Revolução, vê a sua presença na vida política crescentemente contestada e é perpassado por uma permanente tensão interna. Veja-se, a este respeito, o debate sobre o alcance do poder militar, travado entre os conselheiros «operacionais» e os «políticos», no verão de 1976 (cap. 2).

A análise das correlações de forças que se foram estabelecendo no CR leva David Castaño a dar grande protagonismo aos conselheiros que, ainda que em menor escala que durante o PREC, continuaram a dispor de algum poder e influência. Da mesma forma, examina o comportamento político das chefias militares e as suas relações com os diferentes centros de poder e atores políticos; a intervenção e posicionamento dos partidos políticos e dos seus dirigentes; e, entre outros, o comportamento e estratégias dos oito governos

empossados por Ramalho Eanes, entre julho de 1976 e outubro de 1982. Traduzindo uma multiplicidade de fórmulas governativas (governos monopartidários minoritários e majoritários, de iniciativa presidencial, de coligação, etc.), a experiência governativa desses anos deixa patente a constante procura de soluções para a instabilidade, mas também as possibilidades que, a esse respeito, o sistema político português permitia.

Na verdade, este é um livro sobre política e sobre a vida política portuguesa, na viragem dos anos 1970 para os anos 1980. Um livro que recupera momentos significativos mas também o papel de figuras como Mário Soares, Sá Carneiro ou Francisco Pinto Balsemão, e a sua complexa relação com o General.

Ex-líbris da tensão que pautou as relações entre Ramalho Eanes e Mário Soares é a exoneração do então primeiro-ministro do II Governo Constitucional, no verão de 1978, na sequência do fim do acordo que o suportava (PS-CDS) (pp. 156 e seg.). Também difíceis, se não tempestuosas, foram as relações de Eanes com o líder histórico do PSD, retratado, na sua tese de doutoramento³, como um político ambicioso e movido por um único objetivo: a tomada do poder. A sua estratégia para desacreditar o CR antes e, sobretudo, com a candidatura de Soares Carneiro – o general em quem a Aliança Democrática (AD) aposta para derrotar Eanes –, é detalhadamente descrita. Segundo Castaño, esta candidatura – que teve o «desejado efeito desestabilizador nas Forças Armadas», expondo clivagens e alimentando tensões – teve igualmente o condão de reavivar o

CR que então se encontra num estado «pré-vegetativo» (p. 332).

No amplíssimo elenco desta biografia da consolidação democrática sobressai também a figura de Francisco Pinto Balsemão. Deixando patente que, também neste caso, as relações com Ramalho Eanes nem sempre foram fáceis, Castaño recupera um episódio significativo para compreender a figura do então Presidente da República. Preocupado com a «ofensiva de cerco», montada pela própria AD, contra o chefe do VII Governo Constitucional, no verão de 1981, Eanes sai publicamente em apoio de Pinto Balsemão manifestando a sua confiança política no seu governo (p. 400). Apesar da dificuldade no relacionamento com alguns dos atores da consolidação democrática, Ramalho Eanes contou com um sólido e fiel círculo de apoio onde pontificam nomes como os de Loureiro dos Santos, apresentado nesta obra como figura central para a concretização da estratégia política e militar do General. A par da experiência dos governos de iniciativa presidencial (cf. cap. 4), dos sucessivos episódios de tensão entre Belém e São Bento, do processo de recandidatura de Eanes à Presidência da República, esta biografia da consolidação democrática apresenta ainda, com particular detalhe, o tenso e arrastado processo de revisão constitucional. Tema central do capítulo 9, a questão está presente desde o início da obra (cf. debate sobre as propostas/esboços da Lei de Defesa Nacional de 1977). Como pano de fundo, a controversa «morte» do CR – uma trama em que Ramalho Eanes assume incontornável protagonismo dado conciliar, como observa David

Castaño, «três tipos de legitimidade que lhe conferiam uma elevada abrangência de poderes»: legitimidade eleitoral, legitimidade revolucionária e «uma legitimidade funcional ao acumular a Presidência da República com a chefia das Forças Armadas» (p. 46). Esta concentração de funções, poderes e legitimidades acabaria por se revelar fundamental no processo de transição constitucional, sendo «o elemento mais importante a ter em consideração quando se analisam as relações entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia da República neste período crucial» (p. 46).

Comandante supremo das Forças Armadas (CEMGFA), presidente do CR e Presidente da República, Ramalho Eanes emerge assim como a peça chave da consolidação democrática – ideia central do livro. É retratado como o chefe militar que, defendendo o regresso à hierarquia tradicional e a separação dos poderes militares e políticos, opera a difícil domesticação das Forças Armadas e do CR, conquistando um elevado e reforçado poder sobre as Forças Armadas. É o político a quem são proporcionadas condições para enveredar

por soluções bonapartistas mas que lhes resiste, não transcendendo os limites que a Constituição lhe impõe em termos de poderes (ainda que os explore ao máximo). E é o político e o militar firme, mas paciente, que modera conflitos e gere equilíbrios (por vezes muito precários) com grande mestria, e que constrói – passo a passo, medida a medida, «mexida» a «mexida», nomeação a nomeação – o seu caminho.

No seu discurso da tomada de posse como primeiro-ministro do I Governo Constitucional (23 de julho de 1976), Mário Soares refere-se ao general Eanes como «o símbolo do espírito do 25 de Abril, restituído à sua pureza inicial em 25 de novembro». Depois de ler este livro, outra conclusão se torna necessária:

«Ramalho Eanes, o chefe militar eleito Presidente por sufrágio direto dos portugueses, foi o principal responsável pela subordinação do poder militar ao poder político legítimo e por assegurar a normalidade constitucional na transição democrática que se completou no fim do seu segundo mandato, com a eleição do primeiro Presidente civil» (p. 504). **RI**

Maria Inácia Rezola Doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela NOVA FCSH e investigadora do Instituto de História Contemporânea (IHC) da mesma faculdade, onde coordena o grupo de investigação «História Política Comparada – Regimes, Transições, Colonialismo e Memória» (HPC). É professora adjunta na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL), onde coordena a secção de Ciências Humanas e integra a Comissão Científica do Doutoramento em Ciências

da Comunicação (ISCTE-ESCS). É autora de obras como *25 de Abril – Mitos de Uma Revolução* (Esfera dos Livros, 2007); *Melo Antunes, Uma Biografia Política* (Âncora, 2012); *Democracia, Ditadura, Memória e Justiça Política* (com Irene Pimentel, Tinta da China, 2014); *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril* (8 vols., com A. Reis e P. B. Santos, Figueirinhas, 2016-2018). > IHC e ESCS-IPL | Av. Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, e Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa | irezola@escs.ipl.pt

NOTAS

¹ CASTAÑO, David – *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013.

² Merece, a este respeito, uma referência particular o trabalho pioneiro desenvolvido por António Reis em obras como REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, vol. 6, ou REIS, António, coord. – *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

³ EANES, António Ramalho – *Sociedade Civil e Poder Político*. Universidade de Navarra, 2006. Tese de doutoramento; texto policopiado.

BIBLIOGRAFIA

CASTAÑO, David – *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013.

EANES, António Ramalho – *Sociedade Civil e Poder Político*. Universidade de Navarra, 2006. Tese de doutoramento; texto policopiado.

REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, vol. 6.

REIS, António, coord. – *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.